

Reconfiguração da concepção de velhice em Portugal ¹

*Ester VAZ²,
Luísa Ferreira da Silva,
Fátima Alves,
Cristina Vieira,
Fátima Sousa,
Tânia Silva,
Aleksandra Berg,
Maria José Guerra,
Clementina Braga,
Rudolph Vanden Hoven*

A mecanização do processo de produção alterou o sistema de distribuição operando na reorganização familiar, no trabalho e nos tempos de lazer do ser humano. O tempo de vida é dividido em três ciclos definidos com base na rendabilidade física do seu corpo para o trabalho. O primeiro é o “tempo de jovem” onde se tem o direito e o dever de aprender, preparar-se para o mercado de trabalho de acordo com as suas necessidades. O segundo é o “tempo adulto” em que exercem as capacidades e competências adquiridas no espaço produtivo. O terceiro ciclo corresponde ao “tempo de reformado” e é definido como o tempo do lazer, porque sem actividade profissional (Esteves, 1994). Esta nova configuração levou a estabelecer, por via administrativa, as

¹ Este projecto é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia - FEDER

² Investigadora no CEMRI da Universidade Aberta e docente na ESEIG do IPP, estervaz@netcabo.pt

idades a que deveriam corresponder cada um dos ciclos de vida. O século XX estipulou os 65 anos como a idade em que as pessoas deixariam de participar no processo produtivo.

À intervenção do Estado competiu assegurar as respostas para este grupo de pessoas que foram excluídas do processo produtivo numa sociedade que, entretanto, tinha desestruturado a organização da família tradicional.

As políticas sociais em Portugal esboçaram-se, apenas, no início da década 60 e expandiram-se na década 70. Na instauração da democracia em 1974 o Estado Português propõe-se desenvolver um Estado-Providência à luz do modelo importado dos países europeus centrais. Mas a profusão de relações atípicas (comparando com os modelos europeus) entre as classes populares e o Estado (expectativas populares não concretizáveis face aos atrasos estruturais em termos económicos) deu lugar a dificuldades no processo da legitimação do Estado português. No domínio da segurança social foram adoptadas medidas destinadas a suprir as lacunas existentes, e mais prementes, em matéria de protecção social. Como grupos específicos novos foram incluídos os trabalhadores independentes, trabalhadores de serviço doméstico, artistas, intelectuais e clero, as pessoas deficientes e inválidas, os retornados das ex-colónias e os “idosos”.

Para as pessoas idosas que trabalharam sem vínculo contratual foi instituída, em 1975, uma pensão social cujo valor está ainda hoje aquém dos níveis necessários para a satisfação das necessidades básicas. Os benefícios sociais universais instituídos dá-lhes direito a pensões por velhice, por invalidez e social. Este grupo social tem ainda acesso ao designado “cartão de reformado” que lhe garante assistência médica e medicamentosa e recurso aos benefícios específicos como: os centros de dia, centros de convívio, apoio domiciliário e lares. Outra especificidade é o Programa de Apoio Integrado a Idosos (PAII), financiado por verbas do JOCKER, que promove projectos de apoio às pessoas idosas e suas famílias como: serviço de apoio domiciliário 24 horas, centro de apoio a dependentes em pequenas unidades, formação de centro de recursos humanos para a prestação de cuidados formais e informais, serviço de telealarme, serviços de saúde e termalismo sénior e passes de terceira idade sem restrições horárias.

Os benefícios sociais de apoio, dos últimos 30 anos, têm facilitado a melhoria das condições de vida das pessoas que envelhecem com mais saúde e qualidade de vida

do que a geração anterior. Esta melhoria das condições de vida contribui para o aumento da longevidade o que, grosso modo, é vivido com uma esperança de vida longa e com bem estar. De acordo com os registos das últimas décadas, em 1960 os homens podiam esperar viver até aos 60,9 anos e as mulheres até aos 66,4 anos, enquanto que em 2002 a esperança média de vida aumenta para 75,5 e 81 anos, respectivamente.

Os estudos portugueses sobre a velhice em Portugal apontam para que a actual maioria das pessoas idosas iniciaram actividades profissionais por volta dos 10 anos de idade vivendo a primeira parte da sua vida pessoal e profissional (entre os 10 e os 40 anos) no regime do Estado Novo e a “segunda parte da carreira” (Gaulier, 1988) (a partir dos 40 anos) no Estado democrático. Na primeira fase criaram expectativas para a sua velhice coerentes com o *habitus* (Bourdieu, 1984) construído pelos seus antecessores que, de forma implícita, responsabilizavam os seus descendentes pelo apoio e acompanhamento dos mais velhos quando já não pudessem trabalhar. Na segunda fase viram nascer e evoluir um Estado-Providência que lhes trouxe promessas de uma “velhice dourada” com reformas que lhes dava um poder aquisitivo no sentido de compensarem o esforço dispendido na fase adulta e poderem usufruir de uma “vida de descanso” anunciada para o “terceiro ciclo” (Esteves, 1994).

A construção de identidade, em matéria de direitos sociais, das pessoas idosas em Portugal balança entre a interiorização de regras rígidas de uma ideologia política que primou pela ausência de um Estado-Providência responsabilizando as famílias pela manutenção económica e relacional dos seus familiares, e a assimilação de um Estado protector que as induz a confiar no sistema de segurança social como suporte da sua vida futura e a aceitar a “desfamiliarização”. A posse do “cartão de reformado” é um instrumento de identificação de um grupo social que através da idade determina o estatuto de velho começando, assim, a ser delineada uma identidade pessoal e de grupo com base em critérios que permitem encontrar uma pessoa e descrevê-la, sumariamente, a partir de dados cronológicos que, socialmente, são percebidos pela não participação no processo produtivo e pelos atributos físicos (Kaufmann, 2004).

Pesquisa

O objectivo geral desta pesquisa centra-se na análise compreensiva, por um lado, dos significados que os sujeitos “activos” e “não activos” atribuem aos seus processos de

envelhecimento e, por outro, das expectativas que têm para a sua velhice no quadro da sociedade moderna portuguesa.

Metodologia

A análise dos dados segue uma metodologia de carácter qualitativo, com recurso à análise de conteúdo. Adoptamos uma perspectiva analítica centrada na auto-percepção da velhice. Procuramos interpretar o entendimento das pessoas sobre o seu processo de envelhecimento e a sua velhice captando as lógicas do universo sócio-simbólico presentes no discurso.

O estudo é exploratório e integra-se num estudo mais amplo sobre o “bem estar no quotidiano”. A abordagem sobre o envelhecimento foi introduzida no final da entrevista com o mote “como encara a sua velhice?”. A entrevista foi conduzida no sentido de facilitar a expressão das vivências sobre a velhice e envelhecimento. As unidades de análise foram construídas a partir das narrativas dos sujeitos, tendo-se identificado lógicas de percepção.

Caracterização sócio-demográfica

Esta pesquisa respeita a 37 pessoas entrevistadas, desequilibrada quanto ao género, com 24 mulheres e 13 homens. É uma amostra diversificada quanto à classe social - burguesia, pequena burguesia e operariado - devido à sua construção que, deliberadamente, procurou a diversificação sem enviesamento. A amostra é também diversificada quanto à idade, incluindo pessoas dos 25 aos 68 anos de idade. As mulheres têm entre 30 e 68 anos e os homens têm entre 30 e 61 anos o que se prende com o objectivo de conhecer as perspectivas e entendimentos que as pessoas, de variadas idades, têm sobre a sua velhice e como se imaginam quando forem velhas.

Análise e interpretação dos resultados preliminares

A análise dos resultados mostra existir uma diversidade de significados sobre a velhice. Ao perguntar-se “quando é que se é velho?”, a noção de velhice, como uma fase do ciclo de vida, é claramente distinta consoante o grupo de idade a que pertencem as pessoas entrevistadas: as pessoas até aos 50 anos classificam a velhice como algo que acontece para além dos 80 anos, é a partir desta idade que as capacidades físicas e intelectuais diminuem. As pessoas com mais de 50 anos não associam a noção de velhice à idade, mas ao facto de ser dependente de terceiros, situação que, segundo afirmam, pode ocorrer em qualquer idade. De formas

diferentes, ambos os grupos mostram a interiorização da longevidade e a noção de velhice associada à diminuição de capacidades e à dependência.

Pensar no dia em que se vai ser velho

Também, relativamente à atitude de “pensar ou não” na velhice, a idade de 50 anos traça, grosso modo, uma distinção. No grupo etário das pessoas mais jovens (até aos 50 anos), a maioria das respostas de mulheres e homens são no sentido de evitar a questão:

“não encaro porque desde há muitos anos (...) alguma coisa de dentro de mim diz que não chego a velha” (M 39 anos caso 41);

“nunca pensei nisso. Não sei quando vou ser velha” (M 39 anos caso 38);

“nunca pensei, nem sei se chego lá” (H 30 anos caso 30);

“nós não imaginamos (...) pensamos mas não se pensa muito” (H 37 anos caso 34).

Por outro lado, fazem referência às pessoas com quem directa ou indirectamente convivem, nomeadamente, pais, sogros e avós cujas vivências interpretam como sem sentido, sem objectivos:

“as pessoas ficam paradas... tristes” (M 38 anos caso 27);

“quando as pessoas estão velhas parece que já estão a estorvar” (M 40 anos caso 21).

A representação que têm da velhice decorre da relação do indivíduo com o exterior socializado, o que lhe dá uma marca individual (Silva, 2002).

No grupo de idades superiores a 50 anos, sobressai uma visão negativa sobre a velhice, associada à dependência e relacionada com a doença. Estas pessoas apresentam sobre a velhice uma perspectiva que parece mais realista na medida em que influenciada pelas situações concretas da vida actual. Pelas suas idades (mais de 50 anos), o tempo de velhice aproxima-se com o envelhecimento a fazer-se já sentir. As expectativas face à velhice denunciam as auto-percepções actuais:

“Estou a imaginar a minha velhice um bocado má. Problemas que tenho nos ossos, vai ser muito difícil, segundo lugar por causa da visão (...) tenho muito medo de me aparecer aquelas cataratas ... medo de ficar dependente.” (M 60 anos caso 8);

“muito mal porque a solidão já não é muito boa conselheira” (M 53 anos caso 7);

“medo de perder a visão e a ideia” (M 54 anos caso 35);

“com muita preocupação (...) é que não sei se daqui a mais de 13 anos, se lá chegar, se eu for para a reforma, se eles vão ter dinheiro para me pagar (...) andei a descontar para o boneco” (H 51 anos caso 14).

Neste pensamento sobre a auto-velhice que se começa a perspectivar, aparece a referência à hipótese de ir viver para um lar como facto que não é do seu agrado mas que, face às indisponibilidades dos filhos, aceitam como alternativa. Podemos identificar uma atitude de resignação quando argumentam que os filhos não têm condições de olhar por eles.

“preocupo-me, porque quando eu não puder (...) estar a dar trabalho aos outros? (...) os lares que é para onde a gente tem de ir. Antes queria morrer, de chegar a esse ponto” (M 68 anos caso 32);

“se um dia eu estiver a dar trabalho elas [filhas] que arranjem um sítio onde esteja bem, para que eu tenha uma velhice condigna” (M 60 anos caso 8).

Encontram-se também pessoas que pensam na velhice com uma perspectiva optimista. A sua maior incidência é nas respostas de pessoas jovens (até aos 50 anos) e no género feminino, mas aparecem em ambos os grupos etários e em ambos os géneros. Esta visão optimista é, mais uma vez, mais fantasista do que presa à realidade, nas pessoas mais jovens que frequentemente respondem com frases do tipo:

“ser uma velha charmosa, ir para os cafés, passar assim a minha tarde, não estar em casa fechada” (M 41 anos caso 2);

“uma velhinha doida (...) com todas as diferenças a persistir dentro de mim, a levar-me pelo meu caminho fora...” (M 49 anos caso 9);

“uma velha gaiteira. É assim. Eu só tenho o problema dos ossos, eu tenho falta de cálcio, mas eu gostava muito... já disse à minha filha, na brincadeira, vou com ela para a discoteca” (M 40 anos caso 1).

“(...) tenho um espírito de brincalhão, de boa disposição. E acho que vou continuar assim” (H 45 anos caso 6).

São afirmações que correspondem ao domínio do desejo e que parecem expressar a noção de que a velhice pode comportar a dimensão do agradável, até da sedução, desde que a própria pessoa a isso se decida voluntariamente.

É frequente, nas respostas, a separação entre o envelhecimento do corpo e da mente: esta não envelhece, no caso de se mantenha activa, apesar do corpo apresentar sinais de menor vitalidade. ‘Manter a mente activa’ ou ‘manter a juventude’

corresponde a interessar-se pelo que se passa na sociedade, acompanhar os filhos, nos seus convívios e amizades, não 'parar no tempo'.

Uma noção muito presente nesta visão optimista, como possível para a velhice, é a da família nuclear. Uma velhice boa implica poder contar com os filhos/as, com o seu amor e presença próximas – “acompanharem-me”, com o seu apoio. Raras são as pessoas que arriscam afirmar abertamente que gostariam que os filhos, delas se ocupassem aquando da sua velhice. Reflectindo o que a experiência lhes mostra, referem que:

“gostaria de ter a minha casa, a minha família perto de mim, que me desse apoio. Claro que a vida hoje não permite ter tempo ... mas pelo menos que estivessem perto de mim, isso já me fazia feliz” (M 43 anos caso 40);

“enquanto puder estar em minha casa, não quero ser um encargo para meus filhos. Quero ir para um lar (M 46 anos caso 25).

É pela proximidade e companhia frequente dos filhos/as e pela presença (desejada) do cônjuge ao seu lado, que as pessoas encaram a vitória sobre a potencial solidão que integram na noção de velhice.

Outra tendência presente na visão optimista é a realização de actividades que, por um lado, ficaram por concretizar na vida activa e, por outro, ocupam o tempo e contribuem para a sua auto-estima:

“(...) mas imagino-me com tempo para fazer coisas que não posso fazer agora. Gostava de tirar um curso de italiano, curso de pintura. Gostava de fazer essas coisas e tomar conta dos netos, ser uma avó jovem e plantar coisas, de ler...” (M 41 anos caso 4);

“ajudar as pessoas nas lidas de tomar e vestir-se ...” (M 60 anos caso 8).

Viver a boa velhice é também ter lucidez, passear e descansar e estar bem consigo próprio no sentido de uma satisfação interior por relação às suas práticas:

“procurar prolongar-me o mais possível a lucidez. Eu quero morrer lúcido” (H 61 anos caso 3);

“Gostava era de ir passear (...) gosto muito de andar por aí. E é isso o meu sonho. Descansar e passear.” (H 45 anos caso 17);

“antes queria morrer cedo e uma vida bem vivida, do que morrer velha e uma vida estúpida” (M 34 anos caso 31).

Preparação da velhice

Quando se introduz a questão sobre “o que faz a pensar na velhice”, as atitudes dos sujeitos vão desde o “não fazer nada” a ter comportamento de prevenção. Estas atitudes estão presentes em ambos os géneros e grupos de idade. As respostas do tipo “não fazer nada” orientam para a percepção de velhice como algo distante que não exige ainda preocupações. A velhice será algo que se previne quando se lhe começarem a sentir os primeiros efeitos:

“não faço nada. Quando chegar espero estar à altura de resolver” (M 41 anos caso 2);

“acho que ainda sou muito nova. Eu faço por me sentir bem agora” (M 41 anos caso 26);

“quando eu começar a ver que já os músculos não vão, aí tenho que arranjar uma maneira de começar de ficar com mais força fazendo ginástica (...)” (M 34 anos caso 31).

Em algumas respostas, com maior incidência no género feminino, são enunciadas ‘coisas que se podem fazer para prevenir os problemas da velhice’, como uma alimentação equilibrada associada a tempos de descanso, e a exercício (caminhadas diárias) garantindo, assim, uma manutenção da agilidade do corpo. Aparece também a vigilância médica como prevenção de situações de doença.

Frequentemente, nos dois grupos etários e de género, a noção de ‘prevenir a velhice’ é associada à noção de poupança de dinheiro ou de realizar um seguro, articulada com a de pensão de reforma. Percebe-se uma preocupação com as pensões de reforma, que são baixas, e que seria conveniente ter amealhado ou ter investido num seguro. Mas essa preocupação é, em geral, enunciada como um desejo, algo que se quereria realizar, mas que não se tem, ainda, condições de fazer:

“nunca senti falta de nada e agora não me quero privar de nada para pensar que vou pôr aquilo de parte para ... logo se verá...” (M 39 anos caso 41);

“eu queria ter uma reforma... agora, juntar dinheiro dificilmente consigo, eu sozinho a trabalhar para casa, a trazer 120 contos para a casa ao fim do mês, para o que é que dá? Não dá para nada! (...) eu podia fazer um seguro de não sei quê, de velhice. Não faço isso. Não sei se morro amanhã. Sei lá!” (H 45 anos caso 6).

Investir nos filhos é outra atitude identificada nesta análise. Justificam que o acto de investir nos filhos passa por inculcar-lhes valores relacionados com o apoio familiar e o respeito pelos outros. Referem que os comportamentos que têm actualmente com os

seus familiares, nomeadamente, com os filhos, são a promoção de um convívio intrafamiliar na expectativa de uma reprodução de práticas que venham a favorecer a sua velhice:

“Estou a cultivar uma coisa para ver se um dia vou ter direito a ela. Vou ver se vou ter direito!” (H 37 anos caso 34);

“No fundo, mais uma vez, é investir nos meus filhos.” (M 44 anos caso 10).

Podemos afirmar estar presente a interiorização forçada de um Estado-Providência débil que os leva a descobrir que a sua identidade com os direitos sociais, que foram pensados para a sua velhice, são direitos que os colocam fora da participação nos recursos simbólicos como a sociabilidade, a afectividade e as vivências de emoções. A dependência de serviços disciplinares (Foucault, 2001) reforça a conotação negativa dada à velhice onde as pessoas são classificadas e olhadas como inúteis à sociedade.

Conclusão

1. Interiorização da longevidade média;
2. Consciência da probabilidade de problemas de saúde e de dependência;
3. Consciência de realidade de isolamento e até de abandono das pessoas idosas na sociedade / família moderna;
4. Adiamento do problema, percebido, de dificuldades financeiras associadas ao tempo de reforma, mas as circunstâncias da vida actual incitam a viver bem (o melhor possível) o momento presente e não a poupar financeiramente;
5. Noção do envelhecimento físico e mental como algo que acontece quando se é velho e que dificilmente se pode prevenir pela vida que se leva até lá. A noção de vida saudável como prevenção do envelhecimento está raramente presente e apenas nos discursos, não nas práticas;
6. Presença da percepção do Estado-Providência no sentido em que não se justifica um investimento financeiro individual e em que se admite a possibilidade de inserção num lar;
7. Presença da noção de família-providência como forma preferida para resolver os problemas da velhice.

Em suma, adivinha-se a noção de destino, em discursos que não fazem uso da referência a Deus ‘será o que Deus quiser’ tão vulgar na sociedade portuguesa tradicional, mas que parecem construídas na base dessa convicção de que ‘o futuro a Deus pertence’.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre (1984). *Homo Academicus*, Paris, Ed. Minuit.

ESTEVES, A. Joaquim (1994). *JOVENS E IDOSOS Família, Escola e Trabalho*, Biblioteca das Ciências do Homem, Porto, Edições Afrontamento.

FOUCAULT, Michel (2001). *Vigiar e Punir*, Petrópolis, Vozes.

GAULLIER, Xavier (1988). *La Deuxième carrière – Âge – Emplois – Retraite*, Paris, Le Seuil.

KAUFMANN, Jean-Claude (2004). *L'invention de soi. Une théorie de l'identité*, Paris, Armand Colin.

SILVA, Luísa F. e ALVES, F. (2002). *A Saúde das Mulheres em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento.

Legislação

Decreto Lei n.º 41825 de 13 de Agosto de 1958.

Decreto Lei n.º 413 de 27 de Setembro de 1971.

Decreto Lei n.º 513-M de 26 de Dezembro de 1979.

Lei n.º 28/84 de 14 de Agosto.